

## Diário Oficial Eletrônico

[www.conims.pr.gov.br](http://www.conims.pr.gov.br)

Ato de Consórcio N.º 014/2025 de 27 de fevereiro de 2025

SEGUNDA-FEIRA, 26 DE JANEIRO DE 2026

Nº 219

### SUMÁRIO

RESOLUÇÃO N.º 001/2026 - INSTITUIR O GRUPO TÉCNICO CONSULTIVO – GTC NO CONSÓRCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	2
AVISO DE ABERTURA - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2026	7
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2026	8
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 012/2026	34
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 012/2026	35
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 013/2026	36
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 013/2026	37
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE N.º 009/2026	38
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE N.º 010/2026	40
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE N.º 011/2026	42

## Resolução nº 001/2026

Instituir o Grupo Técnico Consultivo – GTC no Consórcio e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, Senhor Vilmar Schmoller, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social.

### Resolve:

**Art. 1º** Instituir o Grupo Técnico Consultivo – GTC no Consórcio.

**Art. 2º** O Grupo Técnico Consultivo – GTC é a instância privilegiada de negociação e construção de consensos quanto aos aspectos operacionais da efetivação dos atendimentos multiprofissionais especializados no âmbito do território da Região de Saúde onde o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS gerencia o Ambulatório Médico de Especialidades – AME, respeitando os preceitos legais, normas, pactuações interfederativas, os instrumentos de gestão Municipais e Estadual e o Planejamento Regional Integrado – PRI.

**Art. 3º** O GTC será paritário, composto por 12 (doze) membros, que não farão *jus* a qualquer remuneração, considerando-se o exercício de suas funções como de relevância social.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Os membros do GTC serão indicados para o exercício de 02 (dois) anos, cabendo uma recondução por igual período, da seguinte forma:

- 3 (três) indicações do Conselho Regional de Secretários Municipais de Saúde – CRESEMS, representando três municípios, sendo seu gestor e um técnico indicado, aplicado o critério de um município de pequeno porte, um de médio porte e um de grande porte;

- 3 (três) indicações da Secretaria de Estado da Saúde, através da Regional de Saúde, sendo que, a indicação deverá contemplar o Diretor da Regional, e dois técnicos de referência, sendo um para a Atenção Primária à Saúde – APS e um para a Atenção Ambulatorial Especializada – AAE;

- 3 (três) indicações do Consórcio Intermunicipal de Saúde, através da Presidência, sendo o Secretário Executivo e dois membros da equipe assistencial que acompanham o Programa QualiCIS.

**Art. 4º** Caberá ao Grupo Técnico Consultivo propor estratégias para a:

1. Implementação do Programa QualiCIS no atendimento multiprofissional especializado com foco no compartilhamento do cuidado com a APS no âmbito do território da região de saúde;
2. Integração da APS com a AAE, tornando os dois níveis de atenção, progressivamente, um único microssistema clínico, garantindo uma atenção contínua e integrada;
3. Gestão da clínica com a finalidade de assegurar padrões clínicos ótimos, de modo a promover eficiência, diminuir os riscos para os usuários e para os profissionais, com foco na melhoria da qualidade da atenção à saúde;
4. A organização do atendimento multiprofissional especializado focado no ganho de escala e qualidade, assim como, discutir o sistema logístico e de apoio disponível propondo soluções conjuntas aos desafios locais.

**Art. 5º** A formalização do GTC deverá ser submetida ao conhecimento da Assembleia Geral do CIS e da Comissão Intergestores Regional – CIR.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** A Coordenação do GTC caberá ao Consórcio.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** O GTC se reunirá ordinariamente por convocação de seu Coordenador, com periodicidade trimestral, e extraordinariamente, quando convocado por, ao menos, dois terços de seus membros.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Para que as estratégias construídas pelo GTC sejam implantadas/implementadas estas deverão ser submetidas ao conhecimento e aprovação da CIR.

**Art. 6º** Sendo indicados os membros:

1 - Conselho Regional de Secretários Municipais de Saúde:

Município	Gestor	Técnico
Bom Sucesso do Sul/PR	Lidiane Favarsani	Selaine Tavares
São João/PR	Renato Augusto Marcon Pesibiczkeski	Rudileia P. Carvalho
Mangueirinha/PR	Luana R. Ferreira	Luiz Fernando Moraes

2 - Secretaria de Estado da Saúde - 7ª Regional de Saúde:

SCAERA (Seção de Ações Estratégicas e Redes de Atenção)	DVAGS (Divisão de Atenção e Gestão em Saúde)	SCAPS (Seção de Atenção Primária)
Ana Paula Rodrigues Cardozo	Andressa Maria Kviatkovski Pipino	Ana Cláudia Burtet

3 - Consórcio Intermunicipal de Saúde:

Secretária Executiva	Equipe Assistencial	Equipe Assistencial
Ivete Maria Lorenzi	Marcia Regina de Almeida Rodrigues	Vitória Soares Abegg

**Art. 7º** - Revoga-se a Resolução Nº 004/2025 e disposições em contrário.

**Art. 8º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco/PR, 26 de janeiro de 2026.

**VILMAR SCHMOLLER**

**PRESIDENTE**



## Assinantes

✓ **VILMAR SCHMOLLER**

Assinou em 26/01/2026 às 15:10:08 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de VILMAR SCHMOLLER com o CPF \*\*\*.910.449-\*\*, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, VILMAR SCHMOLLER, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**KNL****ZJ2****EPN****QZE**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS**  
**AVISO DE ABERTURA DE CONTRATAÇÃO DIRETA**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, CNPJ n.º 00.136.858/0001-88, situado à Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, por intermédio do Setor de Licitação, devidamente autorizado por seu Presidente, o Sr. Vilmar Schmoller, torna público a abertura de Processo de Dispensa de Licitação com base na lei 14.133/2021, que tem por objeto:

**Formação de registro de preço para aquisição de aparelhos de ar condicionado para o atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no aviso de contratação direta e seus anexos.**

Informações para participação e demais condições constam no aviso de contratação direta que está disponível no endereço: [www.conims.pr.gov.br](http://www.conims.pr.gov.br), na aba Licitações.

Data limite para apresentação de propostas: 29/01/2026.

Pato Branco/PR, 26 de janeiro de 2026.

**GESLANI CRISTINA GRZYB PINHEIRO**  
**COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026**

Torna-se público que o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS**, CNPJ nº 00.136.858/0001-88, situado na Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, por intermédio do Setor de Licitações e Contratos, devidamente autorizado por seu Presidente, Sr. Vilmar Schmoller, realizará a presente dispensa de Licitação, para atendimento às necessidades deste CONIMS, sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste aviso e seus anexos, Lei nº 14.133/2021 e Resoluções CONIMS nº 58/2023, nº 60/2023, nº 007/2025 e nº 012/2025, Ato de Consórcio nº 069/2024, suas alterações e demais normas e legislações aplicáveis.

## APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

**Data limite para apresentação de propostas:** 29/01/2026, até as 23:59 horas.

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**E-mail:** [licitacao@conims.pr.gov.br](mailto:licitacao@conims.pr.gov.br)

## 1. OBJETO

**1.1. Formação de registro de preço para aquisição de aparelhos de ar condicionado para o atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no aviso de contratação direta e seus anexos.**

## 2. QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIPTIVO	APRES	QUANT.
1	72021556296	Ar Condicionado Hi-Wall 18.000 BTU/h – quente e frio Tecnologia: Inverter Voltagem: 220 V Fase: Monofásico Classificação energética: A Gás refrigerante: R-32 Condensadora (UE): modelo retangular horizontal peso máximo 35 kg Itens: controle remoto sem fio com display Garantia de 12 meses contados a partir da efetiva entrega do bem.	Und	03
2	72021556297	Ar Condicionado Hi-Wall 30.000 BTU/h – quente e frio Tecnologia: Inverter Voltagem: 220 V Fase: Monofásico Classificação energética: A Gás refrigerante: R-32 Condensadora (UE): modelo retangular horizontal peso máximo 42 kg Itens: controle remoto sem fio com display Garantia de 12 meses contados a partir da efetiva entrega do bem	Und	06

**Observação:** Inicialmente serão solicitados a quantidade de 1 unidade do item 1 e 03 unidades





ofertado;

**5.2.** A comissão responsável realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço, que será de acordo com os praticados no mercado, coerente com a execução do objeto ora licitado, sendo aferido mediante pesquisa de preços que constará no processo administrativo.

**5.3.** Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, poderá a comissão examinar a proposta subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este aviso.

**5.4.** Definida a proposta vencedora, este CONIMS, solicitará o envio dos documentos de habilitação da mesma.

**5.5.** No julgamento das propostas, a comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, incluído aos autos do processo.

**5.6.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**5.7.** No caso de empate entre duas proponentes, o CONIMS solicitará às mesmas, novas propostas e considerará primeira classificada a que ofertar o menor preço.

## **6. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1.** A Empresa que ofertar a Cotação de Menor Preço será solicitado pelo Setor de Licitação a encaminhar os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO para o e-mail [licitacao@conims.pr.gov.br](mailto:licitacao@conims.pr.gov.br), no prazo de 1 (um) dia útil, após o recebimento da solicitação.

**6.1.1.** Poderá o CONIMS, mediante justificativa que constará no processo, prorrogar o prazo acima referenciado.

**6.2.** O fornecedor primeiro colocado deverá apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação em formato digital da via original.

### **6.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**6.3.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**6.3.2.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**6.3.6.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**6.4.6.** Serão aceitas como prova de regularidade para com o Fisco, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

**6.5.1.** Ficha Técnica do Produto e ou Manual de Instruções/Manual técnico operacional, em português ou traduzidos.

#### 7.1.1.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**7.1.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União, Consulta Licitantes Inidôneos – mantido pelo Tribunal de Contas da União e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**7.1.1.3.** Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).

**7.1.2.** Será considerado inabilitado, o participante acerca do qual for constada a sanção de impedimento de licitar e/ou contratar aplicada pelo CONIMS e ou pelos seus municípios consorciados, no prazo de sua duração, bem como a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar aplicada por qualquer ente público, enquanto perdurar sua vigência.

**7.2.** Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade todos os estabelecimentos da empresa.

**7.3.** Na verificação dos documentos de habilitação, a comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, incluído aos autos do processo.

**7.4.** Se o participante não atender as exigências de habilitação, poderá a comissão examinar a proposta e habilitação subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de alguma que atenda a este aviso.

## **8. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**8.1.** Após a homologação e adjudicação, será firmado Ata de Registro de Preços.

**8.2.** O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preço, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

**8.3.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**8.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## **9. SANÇÕES E INFRAÇÕES DO PROCESSO**

**9.1.** Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao participante que:

**9.1.1.** Apresentar declaração ou documento falso: multa de 20% (vinte por cento);

**9.1.2.** Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de 5% (cinco por cento);

**9.1.3.** Não manter sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de 10% (dez por cento);

**9.1.4.** Recusar a celebrar/assinar o instrumento de contratação: Multa punitiva de 20% (vinte por cento), em valor não inferior a R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais).

**9.2.** Cumulativamente ou não, com sanções anteriores poderá ainda ser aplicada a suspensão temporária de participação de licitar e contratar com o CONIMS, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

**9.3.** As sanções por atos praticados durante a execução do objeto contratado estão previstas na minuta do contrato.

## **10. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** O resultado e demais atos do presente processo serão divulgados no endereço eletrônico [www.conims.pr.gov.br](http://www.conims.pr.gov.br), na aba licitações e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**10.2.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**10.3.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**10.4.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Proposta comercial

Anexo III – Declaração de Participação

Anexo IV – Modelo de Declaração LGPD

Anexo V – Minuta de Ata de Registro de Preços

Pato Branco/PR, 26 janeiro de 2026.

**VILMAR SCHMOLLER**  
**PRESIDENTE**

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

**1.1.** Formação de registro de preço para aquisição de aparelhos de ar condicionado para o atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no aviso de contratação direta e seus anexos.

### 2. QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIPTIVO	APRES	QUANT.
1	72021556296	Ar Condicionado Hi-Wall 18.000 BTU/h – quente e frio Tecnologia: Inverter Voltagem: 220 V Fase: Monofásico Classificação energética: A Gás refrigerante: R-32 Condensadora (UE): modelo retangular horizontal peso máximo 35 kg Itens: controle remoto sem fio com display Garantia de 12 meses contados a partir da efetiva entrega do bem.	Und	03
2	72021556297	Ar Condicionado Hi-Wall 30.000 BTU/h – quente e frio Tecnologia: Inverter Voltagem: 220 V Fase: Monofásico Classificação energética: A Gás refrigerante: R-32 Condensadora (UE): modelo retangular horizontal peso máximo 42 kg Itens: controle remoto sem fio com display Garantia de 12 meses contados a partir da efetiva entrega do bem	Und	06

**Observação: Inicialmente serão solicitados a quantidade de 1 unidade do item 1 e 03 unidades do item 02, demais quantitativos serão solicitados conforme demanda**

### 3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**3.1.** As despesas geradas em função da aquisição do objeto da presente ata ocorrerão por conta da dotação orçamentária:

01.001.10.122.0001.1.001.4.4.90.52.00.00.00.00 fontes 000 e 076

### 4. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**4.1.** O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data nela indicada, podendo ser prorrogada por igual período, diante da anuência do fornecedor registrado, sendo adotado para a prorrogação as quantidades totais inicialmente registradas, comprovando-se por meio de pesquisa de preços de mercado que o preço se mantém vantajoso.

**4.2.** Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade independentemente do quantitativo

utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

**4.3.** É permitida a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens, como medida excepcional e conforme justificativa do setor demandante.

**4.4.** A prorrogação de um item implica prorrogação dos demais da mesma ata, se observado o disposto no §6º do artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.

**4.5.** Prorrogada a vigência antecipadamente, fica autorizada a renovação das quantidades registradas em sua totalidade.

**4.6.** O prazo máximo da vigência das Atas, inclusive suas prorrogações antecipadas, não poderão ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses.

**4.6.1.** O prazo da nova vigência, antecipadamente prorrogada, será na quantidade de meses faltante para completar os da primeira vigência.

**4.6.2.** Após o término da primeira vigência e/ou da prorrogação da Ata, poderá ainda, no prazo de sua validade, com anuência do fornecedor registrado e demonstrada a vantajosidade, ser formalizado Contrato, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.7.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.7.1.** A quantidade indicada na Ata poderá ser com o saldo total inicial da ata vigente ou o remanescente conforme análise da administração.

**4.7.2.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **5. Demais termos e condições estão dispostos na minuta da ata de registro de preço.**

Pato Branco-PR, 26 de janeiro de 2026

**ELAINE RAQUEL MANCINI**  
**MANUTENÇÃO E PATRIMÔNIO**



**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**  
**(USAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026**

**RAZÃO SOCIAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE/WHATS:**

**E-MAIL:**

**BANCO:**

**AGÊNCIA:**

**CONTA CORRENTE:**

ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIPTIVO	APRES	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	72021556296	Ar Condicionado Hi-Wall 18.000 BTU/h – quente e frio Tecnologia: Inverter Voltagem: 220 V Fase: Monofásico Classificação energética: A Gás refrigerante: R-32 Condensadora (UE): modelo retangular horizontal peso máximo 35 kg Itens: controle remoto sem fio com display Garantia de 12 meses contados a partir da efetiva entrega do bem.	Und	03		
2	72021556297	Ar Condicionado Hi-Wall 30.000 BTU/h – quente e frio Tecnologia: Inverter Voltagem: 220 V Fase: Monofásico Classificação energética: A Gás refrigerante: R-32 Condensadora (UE): modelo retangular horizontal peso máximo 42 kg Itens: controle remoto sem fio com display Garantia de 12 meses contados a partir da efetiva entrega do bem.	Und	06		

**Observação: Inicialmente serão solicitados a quantidade de 1 unidade do item 1 e 03 unidades do item 02, demais quantitativos serão solicitados conforme demanda**

**Validade da proposta:** mínimo de 90 (noventa) dias

**Declaro ainda que:**

- Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, encargos e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)



**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO

Está ciente e concorda com as condições contidas no aviso e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

A contratada organizada em cooperativa declara, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa declara, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)

#### **ANEXO IV**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA AOS TERMOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD**

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

RESPONSÁVEL/Nº WHATS:

Ao aderir a dispensa e celebrar a ata de Registro de Preços com o CONIMS, declaro-me ciente de que, por exigência dos órgãos de controle externo, da Lei nº 12.527/2018 – Lei de Acesso à Informação – e da Resolução CONIMS nº 155/2021, a íntegra dos atos prévio à contratação e a ata e seus anexos serão disponibilizados no Portal de Transparência do CONIMS, que realiza o tratamento de dados pessoais pertinentes à qualificação jurídica, econômico-financeira, tributária e técnica do Contratado, para uso exclusivo às finalidades legais e institucionais consorciais, conforme disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto nº 10.046/2019.

Declaro, de forma expressa, que estou ciente de que, foi-me dada a possibilidade de indicar dados sensíveis integrantes deste processo de contratação e pertinentes à Contratada a se submeterem ao processo de anonimização, por meios técnicos e disponíveis ao CONIMS.

Pato Branco/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Representante legal da empresa

**ANEXO V -**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrita no CNPJ Sob nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vilmar Schmoller.

**FORNECEDOR REGISTRADO:** \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu representante legal Sr. \_\_\_\_\_.

Pelo presente instrumento, oriundo do processo nº xxx/2026, Dispensa de Licitação nº 0xx/2026, RP nº xxx/2026 homologado em 00/00/2026, mediante sujeição as normas constantes na Lei nº 14.133/2021, Resoluções CONIMS nº 58/2023, nº 60/2023, nº 007/2025 e nº 012/2025, Ato de Consórcio nº 069/2024, suas alterações e demais normas e legislações aplicáveis e ainda, pelas condições e exigências constantes no aviso de contratação direta e seus anexos, o ÓRGÃO GERENCIADOR e o FORNECEDOR REGISTRADO, neste ato representado por seus representantes legais ao final subscritos, tem entre si justo e avençado a presente Ata de Registro de Preço, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** Formação de registro de preço para aquisição de aparelhos de ar condicionado para o atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no aviso de contratação direta e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – QUANTIDADE, ESPECIFICAÇÕES E VALORES**

ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIPTIVO	APRES	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	72021556296	Ar Condicionado Hi-Wall 18.000 BTU/h – quente e frio Tecnologia: Inverter Voltagem: 220 V Fase: Monofásico Classificação energética: A Gás refrigerante: R-32 Condensadora (UE): modelo retangular horizontal peso máximo 35 kg Itens: controle remoto sem fio com display Garantia de 12 meses contados a partir da efetiva entrega do bem.	Und	03		

2	72021556297	Ar Condicionado Hi-Wall 30.000 BTU/h – quente e frio Tecnologia: Inverter Voltagem: 220 V Fase: Monofásico Classificação energética: A Gás refrigerante: R-32 Condensadora (UE): modelo retangular horizontal peso máximo 42 kg Itens: controle remoto sem fio com display Garantia de 12 meses contados a partir da efetiva entrega do bem	Und	06	
<b>VALOR TOTAL:</b>					

**Observação:** Inicialmente serão solicitados a quantidade de 1 unidade do item 1 e 03 unidades do item 02, demais quantitativos serão solicitados conforme demanda.

### CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE SOLICITAÇÃO DOS ITENS

**3.1.** A aquisição com o fornecedor será formalizada por esta entidade por intermédio da emissão de pedido de compra (Solicitação de Fornecimento), a qual somente deverá ser aceita pelo fornecedor se estiver devidamente assinada pelo responsável do Setor de Compras.

**3.2.** A entrega do objeto relativo a presente dispensa de licitação dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado.

**3.3.** Não serão efetuadas solicitações sobre faturamento mínimo.

### CLÁUSULA QUARTA – LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES

**4.1.** O Local para entrega dos itens registrados deverá no Setor de Manutenção e Patrimônio do CONIMS, cito à Rua Afonso Pena, nº 1902, Anchieta, na cidade de Pato Branco/PR, CEP 85.501-530, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda à sexta-feira.

**4.2. Uma vez efetuado o pedido o fornecedor registrado deverá realizar a entrega em até 10 (dez) dias úteis, sob pena de sofrer penalidades pertinentes.**

**4.3.** O prazo de que trata o item 4.2 poderá ser prorrogado, quando solicitado formalmente pelo fornecedor registrado, durante o transcurso do prazo inicial (dez dias úteis), desde que seja devidamente justificado com apresentação de documentos comprobatórios e aceitos pela administração.

**4.4.** Caso o fornecedor registrado não efetive a entrega total dos pedidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ou efetive de forma parcial, a mesma será NOTIFICADA para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, se manifestar a respeito, não o fazendo, sofrerá as penalidades previstas neste aviso e na legislação.

**4.5.** A entrega será de responsabilidade do fornecedor vencedor, sem gerar nenhum ônus para o CONIMS, devendo ocorrer em até 10 dias úteis após a homologação do processo.

**4.6.** Fica determinantemente proibida à troca de marca e/ou fabricante dos itens, SALVO por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente formalizado e justificado, por item de qualidade igual ou superior.

**4.7.** A contratada deverá indicar um profissional do quadro de funcionários registrados de sua empresa para atuar como preposto, ao qual este ficará responsável pelos atendimentos necessários e esclarecimentos deste CONIMS, tanto por via telefone, whatsapp, E-mail ou qualquer outro meio de comunicação, devendo respeitar o prazo máximo de 2 (duas) horas para resposta.

**4.8.** Em caso de necessidade de troca de preposto o fornecedor deverá comunicar este CONIMS de maneira prévia, repassando a este órgão todos os dados necessários do novo preposto.

**4.9.** Não estando o CONIMS satisfeito com o atendimento prestado pelo preposto indicado pela contratada, poderá este CONIMS exigir a troca de preposto, devendo ocorrer no prazo

**4.10.** máximo de 5 (cinco) dias.

## **CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**5.1.** Os itens serão solicitados através de Solicitação de Fornecimento e deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal, na qual deverá obrigatoriamente constar o número do processo, a modalidade de dispensa de licitação, número da ata de registro de preços e solicitação de fornecimento e/ou empenho que a originou, valor unitário e total, quantidade, marca, modelo e número de série, tanto da evaporadora quanto da condensadora.

**5.2.** Quando da entrega, os produtos serão aceitos provisoriamente. O recebimento definitivo se dará após a verificação da conformidade com o exigido na Dispensa, no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar da data de recebimento pelo setor de compras.

**5.3.** O recebimento definitivo não isenta o fornecedor registrado de suas responsabilidades assumidas por meio desse processo.

**5.4.** Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento, serão aplicadas ao fornecedor registrado, as sanções previstas no aviso de contratação e ata de registro de preço, bem como na legislação vigente.

**5.5.** Os itens deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens em perfeito estado, devendo ainda o fornecedor realizar o transporte de acordo com as normas legais pertinentes para tal.

**5.5.1.** Em caso de avaria do produto durante o transporte, o fornecedor registrado deverá repor por outro íntegro, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio, no prazo de até 3 (três) dias úteis.

**5.6.** Em caso de devolução dos itens por estarem em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas ao fornecedor.

## **CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA**

**6.1.** A empresa deverá dar garantia para os itens propostos de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou por maior período, quando expressamente previsto pelo fabricante, sempre contado a partir do recebimento definitivo dos itens.

- 6.2.** Durante o prazo de vigência da garantia, os itens que apresentarem vícios, irregularidades, defeitos ou incorreções, deverão ser reparados e corrigidos, sem ônus para o CONIMS, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado.
- 6.3.** No caso de o bem precisar ser removido para uma autorizada, as despesas com o deslocamento será por conta do fornecedor registrado.
- 6.3.1.** Entende-se por abertura de chamado a hora do envio de e-mail, quando serão fornecidas as seguintes informações: Anormalidade Irregularidade observada; Nome do responsável pela solicitação; Número do telefone para contato.
- 6.4.** Entende-se por solução do problema a hora de disponibilização do item para uso em perfeitas condições de funcionamento no local.
- 6.5.** No caso de reparo do bem em garantia não ser finalizado no prazo estabelecido, o item defeituoso poderá ser substituído por outro, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de substituição.
- 6.6.** Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do item será definitiva, a critério do CONIMS.
- 6.7.** Autorizada/Credenciada pela Fabricante que esteja mais próxima da cidade de entrega, os custos e a responsabilidade referente ao transporte dos bens até o local da assistência técnica correrão por conta da fornecedora, bem como, inclusive, substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS ITENS REGISTRADOS**

- 7.1.** A ata de registro deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2.** A execução da ata de registro deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) da ata, e gestor da ata, ou pelos respectivos substitutos de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.3.** fiscal da ata acompanhará a execução da ata, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
- 7.4.** O fiscal da ata anotará no histórico de gerenciamento da ata todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.5.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal da ata poderá solicitar ao setor competente para emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.6.** O gestor da ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso,

à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**7.7.** A fiscalização da execução do objeto contratado será realizada pelo Gestor de Ata e Fiscal de Ata.

**7.8.** O fiscal da ata, bem como o gestor da ata, são os designados conforme Resolução CONIMS.

## **CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data nela indicada, podendo ser prorrogada por igual período, diante da anuência do fornecedor registrado, sendo adotado para a prorrogação as quantidades totais inicialmente registradas, comprovando-se por meio de pesquisa de preços de mercado que o preço se mantém vantajoso.

**8.2.** Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

**8.3.** É permitida a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens, como medida excepcional e conforme justificativa do setor demandante.

**8.4.** A prorrogação de um item implica prorrogação dos demais da mesma ata, se observado o disposto no §6º do artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.

**8.5.** Prorrogada a vigência antecipadamente, fica autorizada a renovação das quantidades registradas em sua totalidade.

**8.6.** O prazo máximo da vigência das Atas, inclusive suas prorrogações antecipadas, não poderão ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses.

**8.6.1.** O prazo da nova vigência, antecipadamente prorrogada, será na quantidade de meses faltante para completar os da primeira vigência.

**8.6.2.** Após o término da primeira vigência e/ou da prorrogação da Ata, poderá ainda, no prazo de sua validade, com anuência do fornecedor registrado e demonstrada a vantajosidade, ser formalizado Contrato, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.7.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.7.1.** A quantidade indicada na Ata poderá ser com o saldo total inicial da ata vigente ou o remanescente conforme análise da administração.

**8.7.2.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** As despesas geradas em função da aquisição do objeto da presente ata ocorrerão por conta da dotação orçamentária:

01.001.10.122.0001.1.001.4.4.90.52.00.00.00.00 fontes 000 e 076



## **CLÁUSULA DÉCIMA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL**

**10.1.** A fornecedora registrada deverá emitir Nota Fiscal, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 - Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 - Inscrição Estadual: Isenta - Inscrição Municipal: 247858.

**10.2.** A Nota Fiscal deverá detalhar o item conforme a ata, especificando a quantidade, objeto, informando o número do processo ou ata.

**10.3.** O cálculo dos impostos e tributos é de responsabilidade do emitente. Sendo obrigatória a retenção do IRRF na forma da IN RFB 1234/2012 - Anexo I.

**10.4.** A Nota Fiscal deve ser encaminhada ao e-mail: [contabilidade@conims.com.br](mailto:contabilidade@conims.com.br) no ato de sua emissão.

**10.5.** Havendo erros na emissão da Nota Fiscal a mesma deverá ser substituída ou anulada, e/ou constatação de erros no fornecimento, circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que a fornecedora registrada providencie as medidas saneadoras.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VENCIMENTO E PAGAMENTO**

**11.1.** O vencimento se dará 30 dias após o aceite definitivo da nota fiscal, sendo realizado em moeda corrente nacional, através de crédito, DOC ou TED na conta corrente pessoa jurídica no mesmo CNPJ registrado. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado ao Setor de Tesouraria deste CONIMS, através do e-mail: [tesouraria@conims.com.br](mailto:tesouraria@conims.com.br).

**11.2.** O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

**11.3.** O pagamento se dará até o vencimento.

**11.4.** Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos itens devidamente solicitados e recebidos.

**11.5.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Órgão Gerenciador, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

*I = Índice de atualização financeira;*

*TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;*

*EM = Encargos moratórios;*



$N = N.$  de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**11.6.** Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

**11.7.** O fornecedor registrado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, não serão emitidas novas solicitações de fornecimentos, ressalvado o direito dos itens já entregues.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REAJUSTE**

**12.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data estimada, em (XX/XX/2026).

**12.2.** Em caso de prorrogação do prazo da ata ou conversão em contrato, o valor poderá ser objeto de reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, variação dos custos na planilha de preços, de forma simultânea ou subsidiária, conforme o caso concreto, preponderando o menor índice. O reajuste será calculado com o índice da data em que o aditivo de prorrogação for realizado.

**12.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**13.1.** O valor da ata poderá ser alterado ou atualizado nas seguintes situações:

**13.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do disposto da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre o valor contratado;

**13.1.3.** A solicitação de reequilíbrio econômico deverá ser devidamente comprovada, mantidos os valores dos meses anteriores.

**13.1.4.** O pedido de reequilíbrio não tem efeito suspensivo.

**13.1.5.** O pedido será analisado pelo setor competente do CONIMS no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos e, em havendo necessidade de juntada de novos documentos ou a correção/esclarecimento dos apresentados, o agente os requisitará, indicando prazo para o seu atendimento.

**13.1.6.** No caso de necessidade de juntada de novos documentos, diligências ou outras providências por parte do Interessado, o prazo para análise fica suspenso.

**13.1.6.1.** Regularizada a instrução e sendo deferido o reequilíbrio, este produzirá efeitos retroativos à data da solicitação, cujo acréscimo será pago na fatura pendente ou, em não havendo, em pagamento complementar.

**13.1.6.2.** Não regularizada a instrução na oportunidade a que se refere o item anterior, sendo necessárias complementações ou mais esclarecimentos, o pedido de reequilíbrio, se deferido, terá efeitos retroativos a contar da última manifestação do Fornecedor.

**13.1.7.** O pedido de reequilíbrio econômico financeiro deverá ser enviado ao e-mail [licitacao@conims.pr.gov.br](mailto:licitacao@conims.pr.gov.br) e instruído com os seguintes documentos:

**13.1.7.1.** Requerimento assinado pelo representante legal da empresa.

**13.1.7.2.** Cópia de documentos que comprovem o alegado.

**13.1.7.3.** Demonstrativo abaixo preenchido:

<b>Processo nº xxx/2026 - Dispensa de Licitação nº xxx/2026</b>	
Nº do Item:	
Descrição do Item:	
Marca:	
<b>Dados que serviram de base para oferta de preços na dispensa</b>	<b>Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro</b>
Preço registrado	Novo preço proposto
Preço anterior a Dispensa	Preço de compra atual
Data da compra	Data da compra
Nº da Nota fiscal	Nº da Nota fiscal
% da margem sobre o preço de compra*	% da margem sobre o preço de compra*

*Referente a porcentagem da margem sobre o preço de compra poderá ser solicitado que seja detalhada, por exemplo: Frete, Imposto, Custos indiretos e Diretos entre outros.*

**13.1.8.** O CONIMS, poderá a qualquer tempo, mediante prévia notificação da fornecedora, reduzir os valores registrados de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado.

**13.2.** Antes de deferir o pedido de reequilíbrio, poderá o CONIMS consultar o preço praticado pelas licitantes incluídas no cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço, liberando a requerente do compromisso de entregar os materiais.

## **DÉCIMA QUARTA - DA TROCA DE MARCA**

**14.1.** Os itens registrados poderão ter a marca alterada nas seguintes situações, mediante justificativa formal e comprovação documental apresentada pelo fornecedor.

**14.2.** A solicitação de troca de marca deverá ser devidamente instruída com documentos comprobatórios válidos e aceitos pelo CONIMS, demonstrando o motivo da substituição (ex.: descontinuação de fabricação, alteração de registro sanitário, inviabilidade de fornecimento pelo fabricante, entre outros).

**14.3.** O pedido de troca de marca não suspende as obrigações contratuais em vigor. O CONIMS poderá manter solicitações de fornecimento e exigir entregas pendentes até a conclusão da análise pelo setor competente.

**14.4.** O pedido será analisado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, conforme as seguintes etapas:

- a) Análise Técnica, realizada pelo profissional responsável designado pelo CONIMS, que verificará se a nova marca proposta atende integralmente ao descritivo do edital, bem como se mantém ou supera o padrão de qualidade e eficácia da marca anteriormente registrada;
- b) Análise econômica a cargo do setor de Equilíbrio Financeiro, que avaliará a compatibilidade do valor de mercado da marca proposta, assegurando que não haja prejuízo econômico ou vantagem indevida, assegurando a equivalência entre as marcas;
- c) Homologação final, a ser proferida pela autoridade competente do CONIMS, após pareceres técnico e econômico.

**14.5.** Somente será autorizada a substituição de marca quando comprovado que a nova proposta mantém ou supera o padrão de qualidade, eficácia e segurança da anterior, observando-se também a adequação de preço e a compatibilidade com o objeto registrado.

**14.6.** Deferida a troca de marca, seus efeitos retroagirão à data do protocolo da solicitação, podendo abranger solicitações de fornecimento que estiverem em aberto.

**14.7.** Caso o pedido não seja devidamente instruído ou permaneça pendente de informações, e venha a ser posteriormente deferido, os efeitos retroativos contarão da última manifestação do fornecedor.

**14.8.** O pedido de troca de marca deverá ser encaminhado ao e-mail [licitacao@conims.pr.gov.br](mailto:licitacao@conims.pr.gov.br), contendo os seguintes documentos:

- a) Requerimento assinado pelo representante legal da empresa;
- b) Cópia dos documentos que comprovem o valor do produto (tais como notas fiscais, comunicações do fabricante, entre outros);
- c) Demonstrativo técnico e comparativo preenchido para cada marca proposta, conforme será solicitado pelo CONIMS.
- d) Demonstrativo preenchido (um para cada marca) conforme será disponibilizado pelo setor de Equilíbrio Financeiro do CONIMS.

**14.9.** Antes de deferir o pedido de troca de marca, poderá o CONIMS consultar o preço praticado pelas licitantes incluídas no cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço, liberando a requerente do compromisso de entregar os materiais.

**14.10.** O CONIMS, poderá a qualquer tempo, mediante prévia notificação ao Fornecedor, reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR (CONIMS)**

- 15.1.** Efetuar o pagamento ao fornecedor registrado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.
- 15.2.** Comunicar ao fornecedor registrado qualquer irregularidade constatada na execução da ata, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas.
- 15.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pelo fornecedor registrado;
- 15.4.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor registrado, de acordo com a ata de registro de seus anexos.
- 15.5.** Prestar ao fornecedor registrado todas as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas.
- 15.6.** Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor registrado possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos, normas e condições preestabelecidas na proposta;
- 15.7.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor registrado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata de registro de preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor registrado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR REGISTRADO**

- 16.1.** O Fornecedor Registrado deverá cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 16.2.** Executar diretamente a ata registrada na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, os itens, nem subcontratar quaisquer dos itens a que está obrigada.
- 16.3.** Responsabilizar-se pelo fornecimento dos itens dentro dos prazos previstos e padrões de qualidade e quantidades exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.
- 16.4.** Fornecer o item registrado obedecendo as normas e regulamentações legalmente vigentes.
- 16.5.** Fornecer o item registrado, obedecendo rigorosamente o descrito na proposta e em perfeita conformidade com as condições estabelecidas pelo aviso de contratação e Termo de Referência aos quais vincula-se a ata.
- 16.6.** Cumprir com o estabelecido, mantendo o CONIMS informado, de acordo com as conveniências deste, de todos os pormenores.
- 16.7.** O fornecedor registrado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida



registrado, que mediante culpa ou dolo:

- a) Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços, assim entendida o não atendimento da quantidade total solicitada, o atraso na entrega, a entrega de item diverso do registrado ou outra irregularidade que não gere a inexecução total, mas viole obrigações contratuais em caráter parcial;
- b) Der causa à inexecução total da ata de registro de preços, assim entendida o não atendimento do objeto da Ata em sua integralidade, em casos em que o pedido de fornecimento conter a sua totalidade;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do registro de preços sem motivo justificado;
- d) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata de registro de preços;
- e) Praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**18.2.** Serão aplicadas ao fornecedor registrado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o fornecedor contratado der causa à inexecução parcial ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b" e "c" do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "d", "e", "f" e "g" do subitem acima desta ata, bem como nas alíneas "b" e "c", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d) **Multa, podem ser cumulativas ou não:**

**(1)** Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, respeitado o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) diários até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 31 dias autoriza a Administração a promover a extinção da ata de registro de preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da multa.

**(2) Compensatória de 1%** (um por cento) sobre o valor total do pedido de fornecimento ou do item pertinente, nos casos de inexecução parcial, não previstos no item anterior ou de qualquer outra irregularidade do objeto, em valor não inferior a R\$ 1.500,00 e, se em valor excessivo, passível de redução a critério do julgador;



**18.3.** A aplicação das sanções previstas nesta ata de registro de preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao órgão gerenciador.

**18.4.** Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**18.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**18.6.** Caso o valor da multa aplicada e das indenizações devidas seja superior ao montante eventualmente devido pelo CONIMS a contratada, além da perda desse crédito, a diferença deverá ser ressarcida mediante recolhimento administrativo. Não sendo adotadas as providências necessárias pelo prestador, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação formal o CONIMS promoverá a cobrança judicial da quantia remanescente.

**18.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor registrado, observando-se o procedimento previsto na Resolução CONIMS nº 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

**18.8.** Na aplicação das sanções serão considerados, inclusive para fins de agravamento:

- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** As peculiaridades do caso concreto e os antecedentes;
- c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** Os danos que dela provierem para o órgão gerenciador;
- e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**18.9.** A personalidade jurídica do fornecedor registrado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**18.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma da Resolução CONIMS nº 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CANCELAMENTO/EXTINÇÃO DA ATA**

**19.1.** A Ata de Registro de Preços se extingue quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

### **19.2. Cancelamento do registro do fornecedor:**

**19.2.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo CONIMS, observado o devido processo

legal, quando o fornecedor.

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa razoável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de o mesmo tornar-se superior aos praticados no mercado;

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**19.2.2.** Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o CONIMS poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**19.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o CONIMS poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as particularidades do caso, em especial, o valor de mercado do item.

### **19.3. Cancelamento do preço registrado**

**19.3.1.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo CONIMS em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - Se não houver êxito nas negociações, nos casos em que o preço se tornar superior aos praticados no mercado, conforme art. 16 e 17 da resolução CONIMS nº 173/2023

**19.4.** Caso a proponente vencedora do certame se recusar a assinar a Ata ou houver cancelamento do registro de preços, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, o CONIMS convocará os demais participantes conforme a ordem de classificação, observando:

**19.4.1.** O fornecedor que aceitar cotar os bens com preços iguais ao do adjudicatário (vencedor);

**19.4.2.** Os fornecedores que mantiverem sua proposta original;

**19.5.** Por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente do CONIMS e reduzidas a termo no respectivo processo.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA– AÇÕES JUDICIAIS**

**20.1.** Qualquer ação judicial contra o CONIMS oriundo do fornecimento de itens pelo fornecedor registrado ou mesmo que venha o CONIMS compor a lide, será de exclusiva responsabilidade do fornecedor registrado a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo o CONIMS todo e qualquer valor que for obrigado a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.



## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO**

**21.1.** Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco/PR.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco/PR, 26 de janeiro 2026.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**FORNECEDOR REGISTRADO**

**VILMAR SCHMOLLER**  
**ÓRGÃO GERENCIADOR**

## **TESTEMUNHAS:**

**SANDRA FIM**  
CPF: \*\*\*.809.\*\*\*-\*\*

**JEAN RICARDO DORSI**  
CPF: \*\*\*.042.\*\*\*-\*\*

## CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 16/2026  
b) **Nr. Licitação:** 12/2026 - IL  
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação  
d) **Data de Homologação:** 26/01/2026  
e) **Objeto da Licitação:** Chamamento Público nº 003/2023 - PLANTONISTA E CLINICA GERAL - Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais na rede básica municipal de saúde - nas áreas de ginecologia e obstetrícia, pediatria, clínica geral de consulta ambulatorial com visita domiciliar na estratégia saúde da família, áreas de atendimento técnico complementar de profissionais não médicos e credenciamento de médico auditor, médico regulador e médico plantonista por hora.

f) **Fornecedores Vencedores:**

**DR RICARDO AUGUSTO MENDES SERVICOS**

**Total fornecedor:** R\$ 403.200,00

**Total geral:** R\$ 403.200,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
Atendimento aos Municípios Consorciados	02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.39.0

**VILMAR SCHMOLLER**

Presidente

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026**

Fundamentado no art. 79 da Lei de Licitações nº 14133/21, RATIFICO a Inexigibilidade Nº 12/2026, para a Chamamento Público nº 003/2023 - PLANTONISTA E CLINICA GERAL - Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços médicos ambulatoriais na rede básica municipal de saúde - nas áreas de ginecologia e obstetrícia, pediatria, clínica geral de consulta ambulatorial com visita domiciliar na estratégia saúde da família, áreas de atendimento técnico complementar de profissionais não médicos e credenciamento de médico auditor, médico regulador e médico plantonista por hora.

Valor Global: 403.200,00

Dotação: 02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.39.00

Fonte: 076

Data: 26/01/2026

**VILMAR SCHMOLLER**

**Presidente**

**ESTADO DO PARANÁ**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

**CNPJ:** 00.136.858/0001-88**Telefone:** (46) 3313-3550**Endereço:** RUA AFONSO PENA, 1902 - ANCHIETA**CEP:** 85501-530 - Pato Branco

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**Nr.: 13/2026****Processo Adm.:** 17/2026**Data do Processo:** 26/01/2026**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 17/2026  
**b) Nr. Licitação:** 13/2026 - IL  
**c) Modalidade:** Inexigibilidade de licitação  
**d) Data de Homologação:** 26/01/2026  
**e) Objeto da Licitação:** Contratação de serviços de agenciamento de serviços de hospedagem, para o atendimento das necessidades dos servidores do CONIMS e dos Municípios Consorciados assim nominados para participação do XXXIX Congresso do Conselho Nacional de Secretárias Municipais de Saúde - CONASEMS dos dias 12 a 15 de julho de 2026, na cidade de Porto Alegre/RS

**f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:****EZTUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
1 - Serviço de hospedagem	UN	28,000	2.799,0000	R\$ 78.372,00
<b>Total fornecedor:</b>				R\$ 78.372,00
<b>Total geral:</b>				R\$ 78.372,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
Atendimento aos Municípios Consorciados	02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.39.0
Manutenção da Atividade Administrativa	01.001.10.122.0001.2001.3.3.90.39.0

Pato Branco/PR, 26 de Janeiro de 2026

.....  
**VILMAR SCHMOLLER**

Presidente



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

### **TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 13/2026**

Fundamentado nos art. 79 da Lei de Licitações nº 14133/21, RATIFICO a Inexigibilidade Nº 13/2026, para a Contratação de serviços de agenciamento de serviços de hospedagem, para o atendimento das necessidades dos servidores do CONIMS e dos Municípios Consorciados assim nominados para participação do XXXIX Congresso do Conselho Nacional de Secretárias Municipais de Saúde - CONASEMS dos dias 12 a 15 de julho de 2026, na cidade de Porto Alegre/RS

Valor Global: 78.372,00

Dotação: 02.001.10.302.0002.2002.3.3.90.39.00 Fonte: 076

Dotação: 01.001.10.122.0001.2001.3.3.90.39.00 Fonte: 076

Data: 26/01/2026

**VILMAR SCHMOLLER**

**Presidente**

**NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO  
DE RESPONSABILIDADE Nº 009/2026**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS**, através de seu Presidente e da Presidente da Comissão Processante, constituída pela Resolução/CONIMS de nº 011/2025, vem COMUNICAR a abertura da instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade contra a empresa **FARIA RODRIGUES INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA**, C.N.P.J Nº 13.457.500/0001-07, por indícios de descumprimento de obrigações contratuais, tendo em vista a possível aplicação de sanções administrativas, conforme disposições contidas na Título IV, Capítulo I, da Lei nº 14.133/2021, Edital e Ata.

Pato Branco/PR, 26 de janeiro de 2026.

---

**Isabel Cristina Vazata**  
Presidente Comissão Processante  
*Res. 011/2025*

## Assinantes

✓ ISABEL CRISTINA VAZATA

Assinou em 26/01/2026 às 08:46:32 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, ISABEL CRISTINA VAZATA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**L94**

**XJR**

**EQZ**

**M8P**

**NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO  
DE RESPONSABILIDADE Nº 010/2026**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS**, através de seu Presidente e da Presidente da Comissão Processante, constituída pela Resolução/CONIMS de nº 011/2025, vem COMUNICAR a abertura da instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade contra a empresa **JOÃO E MARIA ATELIÊ LTDA**, C.N.P.J Nº 43.449.716/0001-83, por indícios de descumprimento de obrigações contratuais, tendo em vista a possível aplicação de sanções administrativas, conforme disposições contidas na Título IV, Capítulo I, da Lei nº 14.133/2021, Edital e Ata.

Pato Branco/PR, 26 de janeiro de 2026.

---

**Isabel Cristina Vazata**  
Presidente Comissão Processante  
*Res. 011/2025*



## Assinantes



**ISABEL CRISTINA VAZATA**

Assinou em 26/01/2026 às 09:48:48 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, ISABEL CRISTINA VAZATA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**L69**

**D15**

**4P6**

**EZ4**

**NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO  
DE RESPONSABILIDADE Nº 011/2026**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS**, através de seu Presidente e da Presidente da Comissão Processante, constituída pela Resolução/CONIMS de nº 011/2025, vem COMUNICAR a abertura da instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade contra a empresa **KING FLEECE TEXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, C.N.P.J Nº 47.326.944/0001-17, por indícios de descumprimento de obrigações contratuais, tendo em vista a possível aplicação de sanções administrativas, conforme disposições contidas na Título IV, Capítulo I, da Lei nº 14.133/2021, Edital e Ata.

Pato Branco/PR, 26 de janeiro de 2026.

---

**Isabel Cristina Vazata**  
Presidente Comissão Processante  
*Res. 011/2025*

## Assinantes

✓ ISABEL CRISTINA VAZATA

Assinou em 26/01/2026 às 13:59:58 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, ISABEL CRISTINA VAZATA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**M5V**

**E23**

**Z7D**

**XDY**